

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Eletrobras sobe mais de 40% com aposta em privatização	2
Título: Derrota de articuladores nas urnas trava votação de projetos	3
Título: Mais rigor, por favor	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Agronegócio quer de novo presidente modernização do sistema tributário	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: » Mais ágil.	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Petrobras reduz preço da gasolina	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Projetos de mineração ameaçam terras indígenas e unidades de conservação	10
Título: ANP já mudou 18% dos contratos de conteúdo local	12
Título: Pressão dos combustíveis leva IGP-DI para alta de 1,79%, a maior desde 2008	13
Título: Surpresa eleitoral em Minas Gerais gera otimismo com Cemig e Copasa	14
Título: Novo vai pôr venda na pauta	17
Título: Furnas aporta sozinha R\$ 209 milhões em Santo Antônio	18
Título: Blackstone faz aposta em energia renovável	19
Título: Petróleo manterá alta, diz diretor da AIE	21
Título: Etanol segue gasolina e sobe nos postos	23
Título: Estatal segue barata ante concorrentes	24
Título: Destaques	26

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/10/2018****Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Eletrobras sobe mais de 40% com aposta em privatização**

Desempenho de estatais desde a semana passada zera perdas do ano

SÃO PAULO- A expectativa de privatização ou enxugamento de algumas empresas estatais fez com que a cotação das ações dessas companhias disparasse na reta final do primeiro turno das eleições. As principais estatais, acumulam, desde a segunda-feira da semana passada, ganhos na casa de dois dígitos, e algumas conseguiram até reverter as perdas no ano. Esses papéis ainda dominaram o pregão de ontem.

— Esse movimento é devido à expectativa de privatização, caso ganhe um governo favorável à venda de ativos públicos. Os estados e a União estão sem dinheiro. É preciso enxugar a máquina — avaliou Ari Santos, gerente de renda variável da corretora H.Commcor.

A maior alta acumulada em uma semana foi registrada nas ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Eletrobras, que subiram 43,86%, sendo um terço desse salto apenas ontem (18,08%). O ganho da estatal, que pode ser privatizada, foi suficiente para compensar as perdas que os papéis amargavam no acumulado do ano. As ações preferenciais (PN, sem voto), que avançaram 42,2% em uma semana, também zeraram as perdas no ano.

Já os papéis PN da Petrobras subiram 25,7% em uma semana, enquanto os ON acumularam ganho de 22,42%. A estatal estuda a venda de alguns ativos. Somente ontem, o valor de mercado da petroleira subiu R\$ 33,619 bilhões — suas ações subiram 10,85% (PN) e 9,23% (ON).

— A Petrobras não precisa, por exemplo, da área de refino. Ela extrai o petróleo, mas o refino pode ser feito por outras empresas. Isso deixará a companhia mais enxuta — avaliou Santos.

A Petrobras também é beneficiada pela alta do preço do petróleo. O barril do tipo Brent é negociado acima dos US\$ 80. No acumulado do ano até 28 de setembro, as ações PN da Petrobras subiam 31,6%, e as ON, 43,86%.

Outro fator positivo para as estatais, na visão de Pablo Spyer, diretor da corretora Mirae, é a nova composição do Congresso, que pode tornar mais rápida a aprovação dos projetos que permitam a venda de ativos públicos:

— Essa renovação está trazendo bastante otimismo para a velocidade das reformas, que pode se traduzir em um crescimento mais rápido da economia. No caso das estatais, isso vai ajudar nas políticas de desinvestimentos.

A mineira Cemig também teve desempenho expressivo, com alta de 41% em uma semana. O segundo turno no estado será disputado entre Antonio Anastasia (PSDB) e Romeu Zema(Novo), ambos favoráveis à privatização.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Derrota de articuladores nas urnas trava votação de projetos

Baixo número de senadores reeleitos dificulta andamento de propostas no Congresso, como privatização de distribuidoras da Eletrobras e renegociação de dívidas rurais

BRASÍLIA- A derrota nas urnas de alguns dos principais articuladores políticos do Congresso deve dificultar o andamento de projetos econômicos, principalmente no Senado, na reta final do mandato do presidente Michel Temer. Na pauta está, por exemplo, a proposta que facilita a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), que não conseguiu se reeleger no Ceará, marcou para hoje sessão na Casa, mas não está oficialmente prevista nenhuma votação. Para definir a pauta, será preciso ainda organizar uma reunião entre os líderes parlamentares, o que só deve ocorrer quando houver quórum. Ontem, a avaliação era que poucos senadores apareceriam na Casa esta semana.

Uma das propostas que precisam ser apreciadas é a medida provisória (MP) que permite a renegociação de dívidas de produtores rurais, que está trancando a pauta do Senado. Já aprovada na Câmara, a MP terá um impacto de R\$ 5,271

bilhões para os cofres federais neste ano. O valor é muito superior ao previsto pelo governo quando enviou o texto original ao Congresso, de R\$ 1,579 bilhão. Durante a tramitação da proposta, os parlamentares ampliaram universo de beneficiados e o prazo para adesão ao parcelamento.

A MP conta com apoio de deputados e senadores, o que deveria facilitar seu andamento. O resultado das eleições de domingo, na avaliação de integrantes do Congresso, porém, deve gerar um "desânimo" e pouca vontade política de tocar projetos polêmicos de interesse do governo na área econômica.

Dos 32 senadores que disputaram a reeleição este ano, 24 perderam e apenas oito conseguiram manter o mandato. Nomes como Romero Jucá (MDB-RR) — líder do governo até agosto —, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Edison Lobão (MDB-MA) não conseguiram voltar ao Senado.

A expectativa maior do Palácio do Planalto é em relação aos projetos que tratam da venda das subsidiárias da Eletrobras, que facilitam um acordo entre a Petrobras e o governo sobre áreas do pré-sal, e as regras da chamada duplicata eletrônica. O governo trabalhava para que a votação dessas propostas ocorresse depois do primeiro turno.

POSSÍVEL ALÍVIO DE CAIXA

A votação do projeto sobre a privatização das seis subsidiárias da Eletrobras que operam no Norte e Nordeste é esperada com ansiedade pelo mercado, pois representa um alívio no caixa do governo, uma vez que essas empresas são deficitárias. O texto, no entanto, sofria resistência dos senadores antes mesmo da eleição, e a votação vinha sendo postergada. Já foram negociadas as companhias de energia de Roraima, Rondônia, Acre e Piauí. A privatização da distribuidora de Alagoas está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

É preciso aprovar o projeto para viabilizar a venda da empresa do Amazonas, de longe amais problemática e endividada. Antes previsto para setembro, o leilão foi adiado para o dia 25 deste mês, por conta da demora na votação. Sem ele, a venda da empresa é considerada inviável.

Os acionistas da Eletrobras já decidiram fechar a empresa que não for entregue à iniciativa privada até 31 de dezembro.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/10/2018****Seção: Sociedade****Autor: Renato Grandelle E Sérgio Matsuura****Título: Mais rigor, por favor**

Relatório conclui que combate ao aquecimento global requer adoção de políticas mais severas

Pouco tempo atrás, os climatologistas acreditavam que, se a temperatura global avançasse menos de 2 graus Celsius, boa parte do caos ambiental previsto para as próximas décadas poderia ser domado.

Agora, um relatório lançado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) exige metas mais ambiciosas, "rápidas" e "sem precedentes", que restrinjam o aumento dos termômetros a 1,5 grau Celsius em relação aos níveis pré-industriais. Se políticas adequadas não forem estabelecidas, no entanto, esse marco pode ser atingido entre 2030 e 2052.

Se o aquecimento global ultrapassar esse patamar, haverá consequências para a saúde humana e a biodiversidade. As emissões de dióxido de carbono (CO2) precisam ser zeradas até 2050, o que exigirá o desenvolvimento de tecnologias capazes de remover o gás da atmosfera. Essas iniciativas, assim como o crescimento das fontes renováveis de energia e a produção de biocombustíveis, exigirão um investimento médio anual no sistema energético de aproximadamente US\$ 2,4 trilhões entre 2016 e 2035.

O documento "Aquecimento global de 1,5° C" foi encomendado pelos 195 países signatários do Acordo de Paris durante a Conferência do Clima na capital francesa, em 2015. Segundo o relatório, se o planeta aquecer 1,5°C, a elevação do nível do mar será dez centímetros menor do que a constatada caso os termômetros aumentem 2° C.

Com isso, dez milhões de pessoas que vivem em regiões baixas e vulneráveis a alongamentos não precisariam ser deslocadas.

A probabilidade de o Oceano Ártico descongelar completamente durante o verão seria de uma vez por século, contra pelo menos uma vez a cada década com o mundo 2° C mais quente. Se a temperatura atingir esse marco, é possível

que todos os recifes de coral desapareçam, impactando profundamente a biodiversidade marinha. Com um aumento de 1,5° C, seria possível salvar entre 10% e 30% desse ecossistema.

— Cada pequeno acréscimo no aquecimento importa, especialmente porque superar 1,5° C aumenta os riscos associados de mudanças de longo prazo ou irreversíveis, como a perda de alguns ecossistemas — alerta Hans-Otto Portner, coautor do relatório, elaborado por cientistas de 40 países com base em mais de 6 mil estudos sobre o tema.

ONDA DE REFUGIADOS

A perda de territórios irá gerar uma onda de refugiados climáticos. Secas e enchentes mais frequentes levarão destruição a regiões do planeta antes não afetadas por esses fenômenos. Com temperaturas mais altas, vetores de doenças tropicais vão avançar para regiões de clima mais ameno, com impacto direto na saúde pública. Hoje, segundo o relatório, o mundo já superou a barreira de 1° C, e eventos extremos são cada vez mais comuns.

— Os cientistas queriam escrever em letras garrafais: "AJAMAGORA, IDIOTAS", mas eles precisavam dizer isso com fatos e números — comenta Kaisa Kosonen, que participou das negociações pelo Greenpeace.

Os cientistas reivindicam mudanças rápidas nas fontes de energia e no uso da terra e transformações nas cidades e nas indústrias. Mas acrescentam que o mundo não alcançará essas metas sem mudanças no estilo de vida das populações. Todos somos responsáveis pelo futuro do planeta, ao tomar medidas como usar carros, em vez de bicicletas e transporte coletivo.

— O relatório fornece aos formuladores de políticas as informações necessárias para que tomem as decisões que barrem a mudança climática, enquanto considera contextos locais e as necessidades das pessoas — explicou Debra Roberts, também participante do estudo. — Os próximos anos serão provavelmente os mais importantes na História.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Mauro Zafalon

Título: Agronegócio quer de novo presidente modernização do sistema tributário

Vaivém das Commodities

O agronegócio, apesar da importância na economia do país, acaba sendo um dos setores que têm pouca atenção dos presidentiáveis nas propostas de governo. Neste ano, não é diferente.

O segmento, porém, já elegeu seus pontos prioritários para o próximo presidente e promete cobrar. Eles vão da macroeconomia a questões relacionadas a segurança e a sustentabilidade.

As propostas se concentraram em dez pontos. Muitos focam eternos problemas brasileiros que vêm sendo adiados devido ao caixa baixo do governo para investimentos. Outros, devido à força da bancada ruralista, uma das mais fortes de Brasília, poderão ter avanço.

As propostas vieram do Conselho do Agro, que reúne 18 entidades e agregam sugestões não apenas da cadeia agrícola, mas também de entidades industriais e de serviços voltadas para o agronegócio brasileiro.

Um dos pontos de relevância é o macroeconômico, que dá ambiente aos negócios do agronegócio. Além da execução das reformas econômicas, o setor quer uma modernização do sistema tributário e evitar a cobrança de impostos sobre as exportações.

Na avaliação do agronegócio, outra prioridade do novo governo deveria ser uma política agrícola com diretrizes de médio e de longo prazos.

O olhar sobre o mercado externo também deverá estar na agenda.

São necessárias visões estratégicas para os grandes mercados como China, EUA e Aliança do Pacífico.

O Brasil precisa também buscar uma evidência para a qualidade e a imagem do produto brasileiro no exterior.

Entre as propostas estão ainda a adequação da regra do licenciamento à atividade agropecuária. O país deveria ter uma política de pagamento pelos serviços ambientais e uma regulamentação do uso dos biomas.

Outro item fundamental, segundo o setor, é o da segurança jurídica. Questões fundiárias, trabalhistas e criminalidade no campo são pontos de destaque.

A economia depende cada vez mais das tecnologias, e o agronegócio não é diferente. É preciso superar as barreiras da conectividade no país, item que pode elevar o aumento da produção, do consumo e da exportação.

A logística não poderia faltar nas propostas. A lista de reivindicações passa pelos setores rodoviário, ferroviário, portuário e hidroviário. Entre elas, estão a implementação de rotas de escoamento e a viabilização dos investimentos nos setores de transporte e de armazenagem.

Na avaliação das entidades, o país precisa avançar também na defesa sanitária da agropecuária. O ambiente regulatório está em descompasso com a evolução do agronegócio.

É necessária uma reavaliação dos procedimentos nos serviços oficiais, além de modernizar e harmonizar os sistemas de informação.

Um dos pontos prioritários no campo é o de elevar o patamar de educação do trabalhador rural. As máquinas vêm, cada vez mais, com muita tecnologia, e a baixa escolaridade dificulta a utilização desses equipamentos.

A educação e a assistência técnica são ferramentas indispensáveis para a transferência de tecnologia. O governo deverá ampliar e aprimorar o sistema educacional, principalmente nos municípios.

Os estudos devem conter disciplinas focadas em gestão econômica e financeira do agronegócio, além de ampliar os programas de qualificação profissional, segundo as propostas para o futuro presidente do país.

Tradicional produtor e exportador de grãos e de carnes, o país precisa aprimorar também a agroenergia. Uma das recomendações das entidades do agronegócio é a regulamentação do Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis) no setor de biocombustível.

A consolidação da agroenergia passa, ainda, pela realização da reforma tributária no setor de etanol e pela promoção do crescimento gradual da mistura de biodiesel ao diesel.

Além disso, é necessário, segundo o setor, viabilizar uma maior participação da biomassa nos leilões de energia. As diversas fontes de biomassa representam 9% da potência outorgada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) na matriz energética.

Carnes

A primeira semana das exportações de proteínas teve ritmo fraco em relação a setembro. Houve que danos volumes das carnes "in natura" de suínos e de bovinos. O de carne de frango ficou estável.

Preços

Os dados são da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), que também apontou recuo do preço das carnes em relação aos verificados em outubro do ano passado. A carne suína vale 30% menos.

EFEITO NO BOLSO

Os produtores foram uma das forças de Jair Bolsonaro na eleição de domingo (7). A opção pelo candidato do PSL, porém, trouxe estragos ao bolso dos agricultores. A soja, carro-chefe da agricultura, caiu R\$ 3 por saca nesta segunda-feira (8), reduzindo em R\$ 50 o valor da tonelada da commodity. A queda ocorreu devido ao recuo do dólar. Em Sorriso (MT), a saca do produto para entrega imediata recuou para R\$ 71.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Mais ágil.

Coluna do Broadcast

O resultado do primeiro turno das eleições em Minas Gerais, com a surpreendente liderança de Romeu Zema, do Partido Novo, na disputa pelo governo do estado contra o senador Antonio Anastasia (PSDB) pode acelerar o programa de desinvestimentos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), em especial a oferta de ações da Light. A oferta subsequente (follow on) da Light é analisada pela estatal desde o ano passado, dentro da estratégia de venda de ativos não estratégicos visando a melhorar seu perfil financeiro. Em agosto, a empresa informou que um memorando de entendimentos não vinculante foi acertado com a GP Investments, para que os fundos administrados pela gestora façam a ancoragem de parte da oferta. Ontem, dia 8, a ação da Light saltou 12,67%. Procuradas, as empresas não comentaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/10/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Petrobras reduz preço da gasolina

Para curar a ressaca das eleições, a Petrobras deu uma boa notícia aos consumidores. A estatal anunciou ontem que reduzirá o preço médio do litro da gasolina tipo A, a partir de hoje, para R\$ 2,1889 nas refinarias. A queda é de 1,22%. O preço do diesel permanece em R\$ 2,3606. A redução, no entanto, pode demorar a chegar aos postos.

“Cada posto tem seu próprio timing, e muitos podem estar pagando o combustível com a cotação do dólar de dias atrás”, observou Patrícia Agra, advogada da área de defesa da concorrência do escritório L.O. Baptista Advogados. O dólar é um dos elementos que determina o preço dos combustíveis produzidos pela Petrobras. O outro é a cotação do petróleo no mercado internacional.

“Com a previsão de Jair Bolsonaro (PSL) ser eleito presidente, o dólar deu uma boa recuada. O preço do barril do petróleo também se estabilizou. Isso estimulou a redução anunciada pela Petrobras”, explicou o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Luciano Nakabashi.

Alguns postos do Distrito Federal já vinham jogando os valores cobrados nas bombas para baixo. De acordo com levantamento feito pelo Correio, em estabelecimentos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG), o litro baixou R\$ 0,10 — de R\$ 4,875 para R\$ 4,775. O consumidor, porém, continua insatisfeito. “É um absurdo pagarmos quase R\$ 5 por litro. Com um salário mínimo tão baixo, a gasolina deveria estar em R\$ 3, pelo menos”, argumentou o gráfico Carlos Rodrigues, 58 anos.

*** Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De São Paulo

Título: Projetos de mineração ameaçam terras indígenas e unidades de conservação

Pelo menos 5,6 mil processos de exploração mineral ameaçam atualmente unidades de conservação e terras indígenas na Amazônia Legal. São registros ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM) e que se encontram em diferentes etapas de desenvolvimento das jazidas, entre requerimentos para pesquisa até autorizações de lavra, segundo levantamento inédito do WWF-Brasil.

A quantidade enorme de sobreposições dá uma dimensão das pressões pelo redesenho das áreas protegidas e pela liberação das atividades minerárias. Hoje, qualquer iniciativa está restrita ao garimpo ilegal. O mapeamento se baseia em dados disponíveis na própria ANM, no Ministério do Meio Ambiente e na Fundação Nacional do Índio (Funai).

A legislação atual proíbe explorar minérios em terras indígenas sem expressa autorização do Congresso Nacional, em unidades de conservação de proteção integral, em reservas extrativistas e em reservas do patrimônio natural. Nas unidades de conservação de uso sustentável, ações exploratórias precisam estar devidamente enquadradas no plano de manejo de cada uma delas.

Em tese, todos os pedidos de pesquisa ou autorizações de lavra concedidos no passado deveriam estar automaticamente bloqueados. Na prática, entretanto, o bloqueio atinge só 24% dos títulos minerários nas unidades de conservação federais e 46% nas estaduais. Em terras indígenas, alcança 76%.

O diretor-executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic, vê uma "colisão de interesses e objetivos" nas políticas públicas de proteção ao ambiente e de incentivo à indústria da mineração. "O que procuramos fazer foi jogar luz nesse conflito e dimensionar o tamanho do problema", afirma.

Para ele, a nova composição de forças que saiu das urnas no domingo reforça o perigo de afrouxamento das restrições em áreas hoje protegidas. "Vemos uma bancada eleita no Congresso que dialoga muito com essa visão do ambiente como empecilho ao desenvolvimento", observa.

A abertura de terras indígenas à exploração mineral constitui uma "ameaça latente", segundo o WWF, que cita o teor de um projeto de lei apresentado pelo senador Romero Jucá (MDB-RR) e em tramitação desde 1996. Os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer também entraram em polêmicas ao "desafetar" unidades de conservação, ou seja, reduzir o tamanho das áreas sob proteção.

O Parque Nacional do Monte Roraima tem 477 quilômetros quadrados, ou 40% de sua extensão total, ameaçados por direitos minerários. Localizado na fronteira do Brasil com o Suriname e a Guiana, trata-se da unidade de conservação com maior território em risco, segundo a organização não governamental. São oito pedidos para explorar platina e cobre.

Ainda que não seja objeto do estudo, o garimpo ilegal já foi reconhecido oficialmente como um importante vetor de desmatamento nas áreas protegidas da Amazônia. A indicação da presença de minérios em seus territórios pode estimular a atividade, o que exige cada vez mais esforços de fiscalização e controle.

"Por esse motivo, recomendamos o rápido indeferimento e caducidade dos requerimentos e títulos no âmbito das áreas protegidas, visando minimizar a corrida por minérios e a expansão de atividades ilegais", diz Jaime Gesisky, coordenador do trabalho. Gesisky argumenta que, além dos danos ambientais e do risco de contaminação, o garimpo ilegal financia a grilagem de terra e episódios de violência, como os registrados em Humaitá (AM) no ano passado.

Após fiscalização do Ibama para coibir esse tipo de atividade no rio Madeira, garimpeiros atearam fogo em prédios do Ibama e do Instituto Chico Mendes, em outubro.

De acordo com o mapeamento do WWF-Brasil, há um total de 5.675 processos de exploração mineral registrados. Os processos em fase de requerimento, que representam um risco menor, alcançam uma área de 27 mil quilômetros quadrados. Os direitos de extração totalizam 266 quilômetros quadrados. O estudo foi entregue ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ibama e à Procuradoria-Geral da República com uma série de recomendações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP já mudou 18% dos contratos de conteúdo local

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) já assinou, até o momento, 52 termos aditivos para redução dos percentuais de conteúdo local de contratos de exploração e produção de óleo e gás vigente. O número equivale a 18,3% de todos os pedidos apresentados pelas petroleiras para que possam aderir às novas regras que flexibilizam os compromissos de nacionalização.

Dos 52 termos, 48 já foram publicados no "Diário Oficial da União", e quatro, encaminhados para publicação. Outros 12 pedidos já foram analisados, mas ainda aguardam assinatura dos termos aditivos. Ao todo, as petroleiras entraram com pedidos para reduzir os percentuais de 284 contratos, dentre os 300 aptos a migrarem para as novas regras.

A possibilidade de redução dos percentuais de conteúdo local de contratos vigentes está prevista numa resolução publicada pela ANP em abril, que regulamentou o "waiver" (pedido de isenção do cumprimento dos índices de nacionalização).

As novas regras deram às petroleiras duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com garantia de recorrer ao pedido de isenção para obter eventual perdão; ou celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se aos novos percentuais de conteúdo local, mais baixos que os dos contratos originais, desde que abram mão do direito de solicitar o "waiver"

Para as companhias que tiverem seus pedidos acatados, os contratos passam a vigorar com percentuais de conteúdo local de 18% para a fase de exploração. Já para a fase de desenvolvimento, os índices foram fixados em 25% para construção de poço, 40% para coleta e escoamento e 40% para engenharia, máquinas e equipamentos e na construção, integração e montagem de plataformas.

Os novos percentuais são mais vantajosos para as petroleiras. Para efeitos de comparação, na 13ª Rodada de concessões, de 2015, a última antes de o governo flexibilizar as regras de conteúdo local para contratos futuros, os percentuais mínimos variavam de 37% na exploração a 65% para a etapa de desenvolvimento de produção.

Dentre os aditivos contratuais já assinados, para flexibilização dos índices de nacionalização de contratos vigentes, o de maior destaque é o projeto de Libra, operado pela Petrobras no pré-sal da Bacia de Santos. A ANP também assinou o termo aditivo do contrato da concessão de Tartaruga Verde (Bacia de Campos).

ExxonMobil, Equinor, Parnaíba Gás Natural (Eneva), Karoon, Chariot Oil & Gas, Great Oil, Maha Energy, GeoPark, Imetame e Premier Oil também já foram contempladas com a assinatura de aditivos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Pressão dos combustíveis leva IGP-DI para alta de 1,79%, a maior desde 2008

A inflação apurada pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) atingiu maior alta em mais de dez anos. O indicador acelerou de 0,68% em agosto para 1,79% em setembro, maior taxa desde junho de 2008 (1,89%), pressionado por combustíveis e commodities mais caras no atacado, devido ao petróleo e ao dólar em alta. Isso impulsionou a inflação atacadista medida pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA, que representa 60% do IGP-DI) que passou de 0,99% para 2,54% no mesmo período.

Para as próximas apurações, o cenário é de maior imprevisibilidade, segundo Salomão Quadros, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV). Isso porque não há como projetar, no momento, evoluções futuras do câmbio e do petróleo. "Mas não acredito que possa subir assim [com taxa próxima a 2%] de novo."

Dos cinco itens que mais contribuíram para a aceleração da inflação atacadista, três são combustíveis. São os casos das taxas de inflação mais intensas, ou fim de deflação, em óleo diesel (de 0,42% para 12,67%); gasolina automotiva (de -0,14% para 12,20%); e óleos combustíveis (de -1,75% para 8,87%). Os três produtos juntos significam quase 7% do total do IPA.

Ao mesmo tempo houve acelerações, também no atacado, nos preços de minério de ferro (de 6,30% para 8,42%) e de soja em grão (de 2,72% para 5,43%) - que, juntos, representam quase 10% da inflação atacadista e registraram preços mais caros devido ao câmbio em alta.

Ao ser questionado sobre a sustentabilidade da aceleração dos Índices Gerais de Preços (IGPs), Quadros foi cauteloso. "Temos pessoas no mercado dizendo que o barril do petróleo pode chegar a US\$ 100. Não descarto essa possibilidade. Mas agora os primeiros sinais do calendário eleitoral [com a passagem do primeiro turno] estão favorecendo [o real], e o câmbio está baixando [o dólar]. Pode ser que [a alta do dólar] atenuem um pouco", afirmou.

Os combustíveis mais caros também ajudaram a elevar a inflação do varejo. Com peso de 30% no IGP-DI, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou 0,45% em setembro, ante 0,07% no mês anterior. Seis das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação, com destaque para o grupo Transportes, cuja variação de preços passou de -0,35% para 1,09% entre agosto e setembro. Essa última foi fortemente pressionada por combustíveis mais caros, como gasolina (4,08%).

A alta do varejo levou ao fortalecimento do núcleo da inflação do varejo, usado para mensurar tendências e que passou de 0,31% para 0,37%. Já o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) acelerou de 0,15% para 0,23% entre agosto e setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Surpresa eleitoral em Minas Gerais gera otimismo com Cemig e Copasa

A mudança do governo de Minas Gerais, com a derrota do atual governador, Fernando Pimentel (PT), sinalizou ao mercado a possibilidade de privatização das estatais Cemig e Copasa. Segundo investidores e analistas ouvido pelo **Valor**, a venda das duas empresas ajudaria a destravar valor aos acionistas, uma vez que os novos donos poderiam cortar gastos, aumentar eficiência e investir na melhoria das operações, sem as amarras normais às estatais, que sofrem com a burocracia para tomar decisões cotidianas, como contratações e reduções de custos.

Ontem, as ações das duas empresas reagiram positivamente. Os papéis preferenciais da Cemig fecharam com alta de 17,80%, a R\$ 10,19. Na máxima do dia, chegaram a alta de 24,86%, a R\$ 10,80, maior valor em três anos. As ordinárias fecharam com ganho de 19,12%, a R\$ 9,53. Já as ações ordinárias da Copasa subiram 15,56% ontem, a R\$ 51,25, atingindo o maior valor ajustado desde sua abertura de capital, em 2006.

A Copasa tem 100% de direito a tag along (venda conjunta), enquanto as ações ordinárias da Cemig tem 80% de direito a tag along. As preferenciais da elétrica mineira não têm venda conjunta.

A expectativa de privatização ganhou força com a configuração do segundo turno da eleição do governo de Minas Gerais, com disputa entre Romeu Zema (Novo) e Antonio Anastasia (PSDB). Vencedor do primeiro turno, com 42,73% dos votos, Zema já declarou ter intenção de privatizar a Cemig e a Copasa caso eleito. Anastasia, que obteve 29,06% dos votos, não declarou a intenção de vender o controle da elétrica mineira, mas defende uma gestão independente da companhia, sem intervenção do governo estadual.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, a derrota de Pimentel no primeiro turno indica mudança de gestão e até possibilidade de privatização da Cemig, devido ao quadro financeiro atual da empresa, com dívidas elevadas de curto prazo e retração de mercado. "O processo de saída do Estado do setor elétrico brasileiro vai se intensificar com o novo perfil liberal do Congresso e das vitórias estaduais", disse ele.

O resultado da eleição em Minas Gerais é muito bom para a Cemig, "mas também não tem mágica", disse o estrategista-chefe da Eleven Financial Research, Adeodato Volpi Netto, em transmissão pela internet no domingo à noite. Na ocasião, ele lembrou que há muito o que fazer na empresa, especialmente em relação à controlada Light. Ainda assim, "há espaço para uma 'estinlingada'", disse.

"Num mundo ideal, há tanta coisa para melhorar nas estatais. Custo, alavancagem, regulação", disse um analista sob condição de anonimato, citando motivos para a valorização das ações.

Para o Bradesco BBI, além das estatais mineiras, as paulistas Cesp e Sabesp também saem ganhando com o resultado do primeiro turno. Ainda que os governos de Minas Gerais e São Paulo ainda não tenham sido definidos, os cenários de segundo turno já são suficientes para descartar uma intervenção política, de acordo com os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira.

O desafio para que a privatização das duas companhias mineiras saia é a necessidade de uma mudança na constituição de Minas Gerais. Para os analistas do BBI, contudo, os problemas financeiros do Estado são tão grandes que há uma chance "razoável" de que os políticos locais apoiem um evento do governo de Zema nesse sentido.

Na mesma linha, o Itaú BBA destacou que as ações da Cemig e Copasa podem ter ganhos consideráveis em um cenário de privatização, mas a empresa de saneamento sai na frente em termos de potencial de valorização. Na avaliação dos analistas Pedro Manfredini e Gustavo Miele, em relatório distribuído a clientes, as ações preferenciais da Cemig podem chegar a R\$ 12,50 ou até R\$ 14,50 nesse cenário, avalia o Itaú BBA, com potencial de alta de 45% a 70% ante o preço de fechamento de sexta-feira passada. No caso da Copasa, o potencial de alta é maior, de 70% a 140%, podendo chegar a R\$ 75 ou até R\$ 105 por ação.

"Acreditamos que a maior parte do potencial de alta está nos negócios de distribuição, por meio de um processo de cortes severos de custos e de desembolsos de investimentos. Nesse sentido, a Copasa é uma empresa pura de distribuição de saneamento, negociada a um múltiplo EV/RAB [valor de mercado em relação à base de ativos regulatórios] de 0,7 vez, enquanto poderia facilmente ser negociada entre 1,2 vez e 1,5 vez, se privatizada", escreveram.

Mesmo se a privatização das companhias não acontecer, a mudança no governo de Minas Gerais tem potencial de destravar valor das duas estatais. Os analistas João Pimentel e Filipe Andrade, do BTG Pactual, apontaram que as duas empresas podem passar a contar com administrações mais voltadas para uma visão de mercado, com foco em cortes de custos.

O banco foi o único a alterar o preço-alvo da Cemig, que passou de R\$ 9,50 para R\$ 10, com recomendação de compra. A Copasa teve reiterada a recomendação de compra e o preço-alvo de R\$ 50,50.

O programa de venda de ativos da Cemig também pode finalmente deslançar com uma nova administração, segundo a avaliação do Goldman Sachs. Em relatório, os analistas Bruno Pascon, Victor Hugo Menezes e Julia Borges reavaliaram o potencial de ganho que a estatal elétrica pode ter com desinvestimentos, e chegaram ao valor presente de R\$ 3,20 por ação. O preço-alvo, contudo, foi mantido em R\$ 9,00. **(Colaborou Renato Rostás)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Novo vai pôr venda na pauta

A eventual eleição do candidato do partido Novo para o governo de Minas Gerais, Romeu Zema, colocará em pauta a proposta da privatização da Cemig. A empresa é a maior estatal de Minas e uma das maiores elétricas do país. "A proposta é dividir e privatizar a área de geração da Cemig", disse nesta segunda-feira ao **Valor** o presidente estadual do Novo em Minas, Bernardo Santos.

Segundo ele, o primeiro passo seria atuar para melhorar os níveis de gestão da Cemig e então vender a geração. "Isso tudo tem que ser conversado, até porque a privatização da Cemig depende da Assembleia Legislativa", lembrou.

Zema teve uma votação inesperada no domingo: 42,73% dos votos válidos. Vai disputar o segundo turno, com ampla vantagem, contra o ex-governador e atual senador Antônio Anastasia (PSDB). Anastasia teve 29,06% dos votos.

A ideia no partido é que mais de uma empresa privada possa vir a comercializar energia no Estado. "A mudança não vai ser com a mesma legislação de hoje. Tem que ter, no mínimo, vontade de mudar", disse o dirigente do Novo. A venda da área distribuição da Cemig seria um movimento ainda a ser avaliado, acrescentou ele.

Na semana passada, em debate dos candidatos ao governo, Zema falou em melhoria de gestão e em "fatiar" a Cemig. No domingo à noite, quando a apuração já o colocava na condição de mais votado, em entrevista ele voltou ao tema, mas colocou a privatização da Cemig e também da Copasa - a estatal de saneamento - num horizonte mais distante. As ações da Copasa também subiram.

"A nossa prioridade é equacionar a questão fiscal do Estado", disse ele a ser perguntado pelo Valor se planeja privatizar a Cemig e a Copasa. "O valor atual da Cemig e da Copasa é um cisco perto do rombo de Minas Gerais."

O Estado tem um déficit orçamentário previsto de R\$ 11,4 bilhões para 2019. O valor de mercado da Cemig ontem era de R\$ 15 bilhões, mas o Estado não é o dono integral da companhia. O valor de Copasa é de R\$ 6,5 bilhões.

Segundo Zema, o foco é melhorar a gestão das estatais. "No médio e longo prazos vamos analisar isso [a venda]", afirmou. O governo de Fernando Pimentel (PT) sempre rejeitou a ideia de vender Cemig e Copasa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Furnas aporta sozinha R\$ 209 milhões em Santo Antônio

Furnas, controlada da Eletrobras, foi responsável por cerca de R\$ 209,6 milhões dos R\$ 261 milhões aportados pelos sócios na Madeira Energia (Mesa), holding da concessionária da megausina de Santo Antônio, apurou o **Valor**. As sócias Cemig e Andrade Gutierrez devem aportar outros R\$ 51,388 milhões até amanhã, 10 de outubro, chegando ao valor total de R\$ 261 milhões capitalizados na concessionária.

Os recursos terão a finalidade de garantir que a Santo Antonio Energia possa quitar suas obrigações até o fim deste ano, até que o reperfilamento da sua dívida bilionária seja aprovado pelo BNDES - ou que seu controle seja vendido para a chinesa SPIC.

Na semana passada, a Santo Antonio Energia (Saesa) comunicou ao mercado sobre a injeção de recursos, mas não detalhou a composição dos aportes, uma vez que estes foram feitos diretamente na Madeira Energia. Parte do montante foi usado para liquidar o débito de R\$ 71 milhões junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A concessionária da hidrelétrica não tinha feito os aportes de garantias das operações do mercado de curto prazo de energia de agosto, que serão liquidadas amanhã, e tinha obtido uma cautelar suspendendo os efeitos gravosos do não aporte.

Por trás dessa capitalização, está um complexo conflito entre os sócios da usina, que está arrastando a conclusão da renegociação de dívida com o BNDES.

No fim de agosto, os sócios donos da hidrelétrica aprovaram uma capitalização de R\$ 972,5 milhões. Furnas, Odebrecht e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS) entraram com R\$ 754,6 milhões, mediante a conversão de créditos que tinham no balanço da companhia. O total de R\$ 218 milhões caberia às sócias Cemig e Andrade Gutierrez, que declinaram e foram diluídas.

Andrade Gutierrez e Cemig não aportaram por discordarem do uso dos créditos pelas demais sócias, em um conflito que remete à uma capitalização feita em 2014 por Odebrecht, Furnas e FIP Amazônia, no total de R\$ 780 milhões. Cemig e Andrade questionaram essa operação em arbitragem, pois os recursos foram utilizados para pagar o consórcio construtor (liderado por Odebrecht e Andrade), e a capitalização foi suspensa no início de 2017. Como a Mesa não tinha recursos em caixa para devolver aos sócios, estes ficaram com os créditos no balanço.

Cemig e Andrade tentaram obter uma cautelar para suspender essa nova capitalização, aprovada em agosto, mas não tiveram sucesso. Decidiram, então, não aportar, sendo diluídas, e entraram com nova arbitragem, questionando o uso dos créditos.

Furnas, então, subscreveu as sobras de forma proporcional à sua participação, de 39%, entrando com R\$ 85 milhões. Com isso, elevou sua fatia na usina para 41%.

Em 3 de outubro, a Mesa aprovou outra capitalização, dessa vez de R\$ 300 milhões. Furnas entrou com a sua fatia proporcional, de cerca de R\$ 124,6 milhões, e Cemig e Andrade Gutierrez concordaram em aportar juntas R\$ 51,4 milhões. Odebrecht e FIP Amazônia, que somam 38,6%, ainda não entraram com a participação correspondente, mas têm prazo de 60 dias para fazer ou não a integralização. Caso contrário, também serão diluídas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Javier Espinoza e Anjli Raval | Financial Times, de Londres

Título: Blackstone faz aposta em energia renovável

O Blackstone, maior grupo do mundo especializado em aquisições de empresas, está criando uma firma independente para investir "centenas de milhões de dólares" em ativos de energia renovável no Oriente Médio e África Setentrional, segundo fontes a par dos planos. A nova empresa, chamada Zarou, nome de uma antiga ponte sobre o rio Nilo construída para conectar Ásia e África, almeja

aproveitar a demanda cada vez maior por eletricidade na região, comprando e desenvolvendo operações de geração de energia termelétrica e de fontes renováveis.

O valor de empresa desses projetos a ser comprados, indicador que inclui o endividamento líquido, poderia ser de bilhões de dólares, segundo as fontes. "Há apetite de sobra." A Zarou vai investir também em ativos de petróleo e gás e de infraestrutura de água.

O crescimento econômico da região, combinado ao imenso aumento populacional, vem aumentando a demanda por eletricidade e nova infraestrutura para produzi-la. Os países no Oriente Médio e norte da África historicamente costumam depender dos hidrocarbonetos para atender suas necessidades energéticas - seja importando combustíveis fósseis ou usando recursos domésticos. Agora, no entanto, se interessam cada vez mais por fontes de energia renováveis.

A entrada do Blackstone chega em meio ao crescente número de participantes privados envolvidos no setor de energia renovável, tanto no desenvolvimento e instalação quanto na produção.

Nos últimos anos Egito e Jordânia introduziram políticas para atrair o setor privado em tempos de oferta insuficiente de eletricidade. O Marrocos, por sua vez, tem uma das metas mais ambiciosas do mundo na área de energia limpa. Planeja gerar mais da metade de sua eletricidade a partir de fontes renováveis até 2030.

A Masdar, dos Emirados Árabes Unidos, e a ACWA Power, da Arábia Saudita, se tornaram grandes empresas de projetos de energia renovável. O grupo Blackstone, que desde 2014 vem avaliando oportunidades nessa área, pretende investir em países como o Egito, Jordânia e Marrocos.

A Zarou vai ser liderada por Sameh Shenouda, ex-chefe de investimentos em renda variável na área de infraestrutura no CDC Group, uma instituição britânica de financiamento de projetos no setor.

"Acreditamos que podemos encontrar vários projetos para participar. Há oportunidades e os riscos políticos e macro [econômicos] parecem administráveis", disse uma das fontes.

O Blackstone, por meio da Zarou, pretende ficar com os ativos que comprar por cerca de cinco anos, mas também vai ter flexibilidade para mantê-los por mais tempo. O projeto vai ser supervisionado por Mustafa Siddiqui, diretor sênior de gestão do Blackstone em Londres, que tem estado por trás da estratégia de investimentos do grupo de private equity no Oriente Médio.

Esta não é a primeira vez em que o Blackstone cria um veículo voltado a buscar transações na área de energia. Em 2013, lançou o Fistera Energy para financiar aquisições na América Latina e Europa. Anúncio oficial sobre o tema poderia ser feito a partir de ontem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petróleo manterá alta, diz diretor da AIE

A oferta e a demanda de petróleo no mercado internacional vão continuar a ficar mais apertadas, impulsionando os preços da commodity, afirma Neil Atkinson, diretor de petróleo e mercados da Agência Internacional de Energia (AIE). Mas será essencial observar como as sanções dos Estados Unidos ao Irã funcionarão. O especialista diz que o problema com esse cenário de preços mais caros é que os países importadores já começaram a sofrer para se abastecer. Além de a cotação da matéria-prima estar em alta, o dólar também tem se fortalecido, arrefecendo o consumo do petróleo. Se o crescimento mundial for afetado por esse processo, Atkinson crê que a demanda seja comprometida. Sobre o Brasil, o diretor da AIE diz que tem "boas expectativas" sobre a produção do Brasil, que provavelmente decolará no ano que vem. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Falta petróleo agora no mercado internacional?*

Neil Atkinson: Podemos dizer que o mercado está mais apertado. A demanda evolui mais rapidamente do que a oferta. Mas estamos esperando ainda para ver o impacto total das sanções [dos Estados Unidos] nas exportações iranianas e o prazo final para descobrirmos como será o impacto é daqui a algumas semanas. O crescimento da demanda estava mais ou menos estável, então isso está equilibrando o mercado. Não há dúvidas quanto a isso. Mas estão começando a sacar estoques na OCDE, o nível está abaixo da média dos últimos anos. Não há nenhuma falta de petróleo, mas no dia a dia está apertando.

Valor: *Como você vê a aplicação das sanções, acha que as exportações do Irã podem cair mais?*

Atkinson: Já estamos vendo que as exportações iranianas caíram. Isso é claro pelos dados que nós captamos na AIE. O que não sabemos e não podemos quantificar é quanto exatamente elas terão recuado quando vencer o prazo em novembro para aplicar as sanções. Mas, ainda assim, já será claro que o volume

terá se contraído. Ainda haverá alguma exportação para o país fazer mesmo com as sanções, mas teremos de esperar para ver o que acontece.

Valor: *Há outros riscos para oferta agora? Podemos ver queda mais acentuada na Venezuela, ou termos um problema com a infraestrutura de exportação dos EUA?*

Atkinson: A Venezuela tem reduzido a oferta consistentemente nos últimos meses e não vejo motivo para pensar que não vai cair mais. Alguns meses são melhores que os outros, mas a tendência geral é para baixo. No caso dos EUA, vimos um crescimento de produção muito grande em 2018, mas em 2019 ele provavelmente será um pouco mais lento. Ainda assim, deve ser impressionante. Mas existe mesmo um gargalo de transporte por lá, pela capacidade dos oleodutos, oferta de armazenamento, que afeta a capacidade de exportação. Por isso a oferta do país só pode crescer em 2019 até certo ponto. Está limitada por esses desafios.

Valor: *E no consumo? Há uma alta do PIB global relativamente estável. Quais suas expectativas?*

Atkinson: Vejo alguns pontos de pressão. O FMI [Fundo Monetário Internacional] reduziu suas projeções para o PIB mundial recentemente. Além disso, os preços do petróleo estão significativamente mais altos, e esse fator, aliado ao fortalecimento do dólar, está fazendo com que as importações de petróleo fiquem bem mais caras nos países que precisam comprar do exterior. Em alguns países em desenvolvimento, acredito que o crescimento possa ser impactado. A Índia, por exemplo, está tomando medidas para proteger seus consumidores desse preço maior.

Valor: *O preço do petróleo acima de US\$ 80 pode afetar o consumo, porque fica muito caro, como alguns analistas sugerem?*

Atkinson: Já começou a afetar o consumo. Precisamos saber agora se haverá um impacto ainda maior. O petróleo está mais caro, os dólares estão mais caros, e cada vez podem pagar menos. Se os preços subirem mais daqui para frente, o problema vai se agravar. Os países podem decidir reduzir impostos, ajudar de outra maneira, seus consumidores, mas quem importa petróleo está nessa situação.

Valor: *O governo americano já negou, mas acredita que os EUA podem liberar reservas estratégicas para ajudar a controlar os preços?*

Atkinson: Não há nenhum indicativo de que isso possa acontecer. O governo já tem um programa federal que permite a redução moderada das reservas estratégicas de petróleo, por meio de uma lei, dependendo de qual for o

propósito. Não tenho conhecimento de, neste momento, existir algum plano de acelerar as vendas para responder à atual situação do mercado.

Valor: *Muitos analistas dizem que o preço pode atingir US\$ 100 o barril entre o fim do ano e o começo de 2019. Você concorda?*

Atkinson: Se o mercado continuar apertado, é bem provável que os preços subam mais. Mas saber até qual preço vamos chegar é um exercício de adivinhação. Por outro lado, não há dúvida de que se as sanções [ao Irã] funcionarem o mercado vai se ajustar à nova realidade e os preços vão subir mais.

Valor: *O que acha da estratégia da Opep de manter sua produção, não elevar. Acredita que eles possam ceder no futuro?*

Atkinson: O número de países que pode continuar aumentando a produção já é limitado. A Rússia elevou sua oferta e não tenho tanta certeza de que eles têm muito mais capacidade para fazer mais no curto prazo. É possível. Além disso, a Arábia Saudita também pode acelerar a produção. Só que o foco vai ser no uso de capacidade fora da Arábia Saudita, como no Iraque.

Valor: *E quanto à produção do Brasil daqui para frente, acredita que ganhará relevância global?*

Atkinson: Temos grandes expectativas para o Brasil. Já neste ano tínhamos, mas questões técnicas diminuíram o nível de produção que esperávamos. Com a chegada de novas embarcações [para produção e armazenamento de petróleo], acreditamos que o crescimento da oferta será bem forte durante 2019, algo em torno de 300 mil barris por dia. Se não houver problema adicional, acreditamos que o Brasil será fonte de crescimento muito grande em 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol segue gasolina e sobe nos postos

O etanol hidratado (usado diretamente no tanque dos veículos) continuou "pegando carona" na alta da gasolina e subiu por mais uma semana nos postos da maior parte do país, sem que isso prejudicasse sua competitividade. Na semana encerrada dia 6, os preços do biocombustível avançaram em 16 Estados e no Distrito Federal, de acordo com levantamento semanal da Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os preços caíram em nove Estados, e no Amapá não houve pesquisa.

A competitividade do etanol segue intacta em sete unidades federativas: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. O biocombustível é considerado economicamente mais vantajoso do que a gasolina para a maior parte da frota flex do país quando seu preço está abaixo de 70% do valor cobrado pelo combustível fóssil.

A correlação mais vantajosa para o etanol foi observada mais uma vez em Mato Grosso, onde o biocombustível foi vendido, em média, a R\$ 2,869 o litro nos postos na semana passada. Embora tenha subido 2,1% na comparação com a semana anterior, o preço correspondeu a 59,5% do valor da gasolina no mesmo período. Em São Paulo, principal polo consumidor, o etanol foi vendido a R\$ 2,682 o litro, ligeira queda de 0,11% na semana e média equivalente a 60% da registrada para a gasolina.

Os motoristas já vêm notando o encarecimento do etanol desde meados de agosto. O produto vem acompanhando a disparada da gasolina, que tem subido em função do repasse da alta do petróleo no mercado internacional e da alta do dólar para os preços no mercado interno. Em São Paulo, desde a terceira semana de agosto - quando o etanol registrou um dos menores valores no ano - , o litro do biocombustível já subiu 12,1%. Em Mato Grosso, onde o produto tem a maior competitividade, a alta do etanol no mesmo período alcançou 12,7%.

Para as usinas, o valor recebido pela venda do etanol hidratado subiu até mais - o que sugere que ainda há uma alta a ser repassada para os postos. O indicador Cepea/Esalq para o hidratado vendido pelas usinas de São Paulo subiu 28,9% desde a primeira semana de agosto.

Naquele momento, o preço do etanol estava pressionado porque muitas usinas estavam sem estoque suficiente para gerir a oferta do produto, afirma Julio Maria Borges, diretor da JOB Economia e Planejamento. A partir de agora, ele acredita que o preço do etanol deverá se guiar pelo movimento do preço do petróleo, que está com tendência de queda, na demanda interna, que segue aquecida, e na disponibilidade do produto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Estatal segue barata ante concorrentes

Mesmo com a forte valorização dos últimos dias em meio à confiança do investidor em uma vitória de Jair Bolsonaro (PSL) - cuja agenda é considerada pró-mercado -, as ações das companhias estatais federais ainda são negociadas com desconto em relação aos pares, locais ou internacionais. Em alguns casos, essa diferença supera até mesmo os níveis registrados no segundo governo de Dilma Rousseff (PT), o que explica, em conjunto com a melhora na percepção de risco, os ganhos robustos desses papéis na bolsa de valores.

A aposta em um governo pró-privatização de Bolsonaro e a força que a ala de centro-direita ganhou no Congresso para apoiar reformas deram argumento para o "rali" das empresas públicas de capital aberto. Ainda assim, uma análise dos múltiplos dessas companhias comprova o "atraso" (desempenho aquém de outros papéis) das ações ante outros concorrentes no setor. Entre os maiores destaques estão os papéis de Banco do Brasil e Eletrobras.

A ação ordinária (ON) do Banco do Brasil subiu ontem 9,68%, após uma relevante valorização de 21% na semana passada, um movimento superior aos pares privados brasileiros. Mas, mesmo assim, o papel do banco é negociada a um preço equivalente a 9,5 vezes o lucro - múltiplo preço por lucro (P/L) abaixo de Bradesco, de 14,2 vezes, e Itaú Unibanco, de 13,3 vezes. Esse nível de desconto ante os demais bancos é superior, inclusive, ao registrado no segundo governo Dilma, entre 2014 e 2016.

Em relação à Eletrobras, os papéis também avançaram cerca de 21% na semana passada e 18% só ontem. Mas outras empresas que têm operações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia têm múltiplos superiores: enquanto a elétrica federal, devido aos sucessivos prejuízos, é negociada com um P/L negativo de 62 vezes, outras companhias com operações integradas têm um desempenho melhor, caso de CPFL Energia (15 vezes). Neste caso, é notória até mesmo a diferença que a Eletrobras mantém em relação a estatais integradas estaduais, caso de Cemig e Copel.

No caso da Petrobras, o grande processo de reformulação administrativa e operacional que a companhia teve nos anos pós-Lava Jato a levou a ter relevante incremento no múltiplo P/L. Assim, o desconto da estatal em relação a outras petroleiras internacionais diminuiu substancialmente. Mesmo assim, a valorização dos últimos dias não foi o bastante para frear o impacto da incerteza eleitoral. A Petrobras é hoje negociada a uma relação de preço por lucro (P/L) de 10,5 vezes, contra 14,1 vezes da britânica BP e 18,5 vezes da americana Exxon Mobil. Nos mercados emergentes, a colombiana Ecopetrol é negociada a um P/L de 13,4 vezes e a argentina YPF, a 11,9 vezes.

Para Guto Leite, gestor de carteiras da Western Asset, a recuperação que se vê nos preços das ações de empresas estatais ocorre à medida que o mercado está

tirando do preço a chance de Fernando Haddad (PT) vencer a eleição, em especial depois da votação do primeiro turno. Ele diz que os preços das ações da Petrobras, por exemplo, foram afetados por má gestão, corrupção e indicações política e, por isso, operam com desconto em relação a seus pares. As ações da Eletrobras têm o preço afetado por interferência política na companhia na regulamentação do setor, má gestão e "péssimas decisões de investimento". Já o Banco do Brasil, assim como o banco de fomento BNDES e a Caixa Econômica Federal, passaram por um processo de "agigantamento", contribuindo para aumentar a diferença dos preços desse papel em relação a ações de instituições privadas.

"A preocupação é que decisões de crédito erradas levam tempo para impactar a carteira de crédito", diz. Assim, explica Leite, quando o mercado olha para tudo o que aconteceu na gestão das companhias estatais no governo Dilma Rousseff, é natural que reaja de forma positiva diante da possibilidade de ter um liberal como Paulo Guedes à frente da economia. "Essas empresas já vêm passando por alguma recuperação, mas se a gente assumir que elas serão bem geridas, tem espaço para valorização nas três."

É essa percepção, de que o preço dos papéis ainda não está acompanhando a recuperação do lucro dessas empresas, que ajuda a explicar o elevado desconto das ações, quando se considera o múltiplo preço por lucro. "O lucro do Banco do Brasil, por exemplo, está em recuperação por causa da melhora da gestão, o que deve voltar a acontecer no terceiro trimestre. Mas o preço ainda não inflou por causa da incerteza eleitoral", diz. Com o denominador (lucro) mais baixo, naturalmente o múltiplo fica menor, explica.

Para Raphael Gonzalez, sócio da Platinum Investimentos, a tendência positiva para as estatais é grande com um resultado eleitoral favorável do ponto de vista do mercado, mas, antes disso, o investidor terá de conviver com a volatilidade, a depender do andamento das pesquisas eleitorais e da exposição de Bolsonaro na mídia. "A PN da Petrobras ultrapassou os R\$ 26 e não acreditamos que deva existir uma grande realização, porque mudou de patamar. Mas ela poderia ir a R\$ 35 num movimento mais contundente, ao mesmo tempo que pode voltar a ser pressionada com a eleição."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Copel emite R\$ 1 bi

A Companhia Paraense de Energia (Copel) concluiu uma emissão de R\$ 1 bilhão em debêntures para 2023. Os papéis pagarão retorno equivalente à variação do CDI mais 2,70% ao ano. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .